



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001



EMENTA: APELAÇÃO CIVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – PRESCRIÇÃO – ALEGADO PREJUÍZO AO ERÁRIO – RESSARCIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA – PRESCRITIBILIDADE – RECURSO PROVIDO.

Os arts. 926 a 928, da Lei Federal nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil brasileiro) instituem e disciplinam o denominado “Sistema Jurisprudencial”, cuja finalidade é buscar maior estabilidade, integridade e coerência na atividade judicante, seja no âmbito interno dos Tribunais, seja no âmbito de todo o Poder Judiciário pátrio unitariamente considerado.

O Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 636.886/AL (Tema 899) fixou a seguinte tese: “É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”.

Transcorrido interregno que suplanta a razoabilidade constitucionalmente assegurada também aos processos administrativos, sem qualquer movimentação do feito pela autoridade julgadora, imperioso o reconhecimento da prescrição.

Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001 - COMARCA DE Barbacena - Apelante(s): JOSE FRANCISCO MILAGRES PRIMO - Apelado(a)(s): ESTADO DE MINAS GERAIS

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 19ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em **RECONHECER, DE OFÍCIO, A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO E JULGAR EXTINTO O PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREJUDICADO O RECURSO.**

DES. LEITE PRAÇA
RELATOR.



DES. LEITE PRAÇA (RELATOR)

V O T O

Trata-se de recurso de apelação interposto por JOSÉ FRANCISCO MILAGRES PRIMO contra a r. sentença proferida pelo Exmo. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Barbacena, que julgou improcedente o pedido formulado em “ação anulatória de decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais” ajuizada em desfavor do ESTADO DE MINAS GERAIS condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitrou em 15% sobre o valor atualizado da causa, ficando suspensa a exigibilidade de tais verbas, posto que litiga sob o pálio da justiça gratuita.

O apelante alega, sobre a possibilidade de revisão da decisão administrativa: que a v. sentença merece ser substituída por outra, que faça a mais justa e correta prestação jurisdicional, uma vez que ela não entrou no mérito propriamente dito, apenas convalidando a decisão administrativa do Tribunal de Contas do Estado, em flagrante negativa de prestação jurisdicional; que cabe ao Poder Judiciário exercer o controle sobre as decisões dos Tribunais de Contas, em virtude do princípio da unicidade da jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição da República) e da natureza administrativa dessas decisões; que o Tribunal de Contas é Órgão Administrativo e não judicante, portanto não julga as contas, mas apenas apura a exatidão e formalidade delas para dar quitação ao interessado; que é possível a ampla revisão do mérito da decisão proferida pelo Tribunal de Contas, inclusive para discutir a responsabilidade pessoal do administrador público pelo gerenciamento e aplicação dos recursos, com a consequente imposição de ressarcimento ao erário.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

Quanto ao processo administrativo nº 644951 referente à prestação de contas do convênio nº 1665/1997, o Município de Senhora dos Remédios, diz: que firmou convênio com o Estado de MG através da Secretaria de Assuntos Municipais – SEAM para o calçamento poliédrico em ruas do Distrito de Palmital dos Carvalhos, com 2.600m² e 800m de meio fio; que a SEAM transferiria ao Município o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a execução das obras de pavimentação de vias públicas e o Município aplicaria a título de contrapartida o valor de R\$ 3.560,00 (três mil, quinhentos e sessenta reais), na execução do convênio; que, como o Estado atrasou a liberação dos recursos (de 26/12/97 até 24/06/1998), o Município construiu com recursos próprios, sem vincular à execução do convênio; que foi realizado o Processo Licitatório para a realização das obras na espécie “Pavimentação asfáltica em CBUQ; que a execução financeira do contrato, no total de R\$ 13.206,00, foi paga em três parcelas, mas os prazos de pagamento se estenderam além da vigência do convênio; que foi remetida a prestação de contas à SEAM/MG com a documentação correlata, encaminhada em 05 (cinco) de fevereiro de 1999, contendo as explicações sobre a execução das obras conveniadas; que, em 30 (trinta) de agosto de 2000, foi proposta diligência para complementação instrucional da prestação de contas, cujo atendimento pelo Município não foi imediato, operando-se tão somente em 29 (vinte e nove) de março de 2001; que houve procedimento inadequado da SEAM, que considerando a relativa demora do Município em atender à diligência proposta, descrita no parágrafo anterior, ao invés de instaurar a “Tomada De Contas Especial”, no âmbito de sua competência, remeteu ao Tribunal de Contas do Estado; que o processo nº 64.4951 decorreu da remessa inadequada da SEAM ao TCE; que o TCE, em decisão colegiada, determinou a devolução dos documentos à SEAM para o exame



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

devido e inclusive recomendando, se fosse o caso, a instauração de Tomada de Contas pela SEAM, com “inspeção in loco” para constatação de fatos comprobatórios da instrução processual; que o Município atendeu à diligência, encaminhando os documentos solicitados pela SEAM na diligência proposta, inclusive relatório fotográfico das obras realizadas e declarações de Autoridades do Distrito beneficiário, atestando a completa realização do objeto do convênio – a pavimentação das vias públicas daquela comunidade; que a SEAM, em relatório de análise técnica de obra, discordou da documentação apresentada em cumprimento à diligência e concluiu que os recursos do convênio haviam sido aplicados irregularmente, sob as alegações de “alteração do objeto” (Pavimentação asfáltica em vez de Calçamento Poliédrico) e “realização de pagamentos” após a vigência do convênio; que da análise e reprovação sumária da SEAM, não foi dado conhecimento ao Município, e não foi instaurada a Tomada de Contas, violando as garantias individuais previstas no artigo 5º da Constituição Republicana; que o TCE recebeu a documentação da SEAM e a encaminhou à Diretoria de Análise Formal de Contas, deixando de instaurar a Tomada de Contas Especial; que a Diretoria de Análise Formal de Contas questionou a documentação encaminhada pelo Município, em seus aspectos formais e alguns materiais, como o caso de não inclusão de extratos da conta do convênio dos meses de junho, julho, agosto e setembro, que, de fato, não foi encaminhada, possivelmente por dificuldade de obtenção; que, através do Ofício 18420/2006 de 26 (vinte e seis) de setembro de 2006, o TCE comunicou ao prestador a abertura de vista do processo e a instauração da Tomada de Contas; que teve dificuldades e não obteve os comprovantes nos arquivos da Prefeitura, razão pela qual sua defesa foi prestada em alegações, sem elementos probantes; que como o TCE não realizou inspeção in loco, o processo foi mal



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

instruído; que o Relator do acórdão no TCE apontou como irregularidades não sanadas a 1) não execução da construção de meios fios e muros de arrimos, 2) o desvio de objeto, tendo em vista que ao invés de calçamento em poliédrico foi realizada pavimentação em CBUQ, 3) divergência entre a metragem inicialmente prevista para a execução da obra (2.600m²) e 4) a executada (2.315 m²) e não aplicação no mercado financeiro; que o objeto do convênio – pavimentação de ruas – foi efetivado em benefício do povo do Município de Senhora dos Remédios; e que não houve qualquer apropriação de recursos públicos, má-fé ou dolo do ex-alcaide, sendo eventual “ressarcimento ao erário” um enriquecimento sem causa do Estado, uma vez que a obra foi executada.

Requer, assim, a reforma da sentença para ser prolatada nova decisão que faça o controle judicial do mérito da causa anulando a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Contrarrrazões apresentadas à Ordem 45, oportunidade na qual o apelado pugnou pelo desprovemento do apelo.

Intimadas para se manifestarem sobre a possível ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário, fundada em decisão do Tribunal de Contas, bem como da aplicação do entendimento firmado pelo STF quando do julgamento do MS 35512 AgR ao presente caso, somente o apelado se manifestou à Ordem 48.

A d. Procuradoria-Geral de Justiça emitiu parecer à Ordem 50.

Em razão da questão de ordem suscitada pelo d. Segundo Vogal, determinei a suspensão do feito até julgamento final do RE-636886/AL, Tema 00899, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Após o trânsito em julgado do paradigma certificado à ordem nº 59, as partes foram intimadas sobre o precedente firmado, deixando o prazo transcorrer *in albis*.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

Renovada vista, a d. Procuradoria-Geral de Justiça reiterou o parecer de ordem nº 50 (ordem nº 63).

É o relatório.

Decido.

ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade.

PRESCRIÇÃO

Trata-se de ação anulatória de decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aviada por JOSÉ FRANCISCO MILAGRES PRIMO em desfavor do ESTADO DE MINAS GERAIS.

Alegou o autor que a decisão proferida pelo TCE deve ser desconstituída porque violou seu direito ao contraditório e ampla defesa.

Afirmou que firmou convênio com a Secretaria de Assuntos Municipais – SEAM em 26 (vinte e seis) de dezembro de 1997, cujo objeto foi o calçamento poliédrico em ruas do Distrito de Palmital dos Carvalhos, com 2.600m² e 800m de meio fio e que, muito embora realizada a obra, através de procedimento licitatório, após a prestação de contas, foi instaurado processo administrativo, oportunidade na qual os julgadores entenderam pela ocorrência de irregularidades que resultaram em sua condenação.

Disse que a SEAM incorreu em erro quando recebeu a prestação de contas, pois ao determinar a complementação das contas pelo Município, em razão da demora do ente, remeteu os autos ao TCE, quando deveria ter instaurado a Tomada de Contas Especial.



Sustentou que a SEAM, quando oficiada pelo TCE para apresentar um relatório de análise técnica da obra, concluiu que os recursos do convênio haviam sido aplicados irregularmente, sob as alegações de “alteração do objeto” (Pavimentação asfáltica em vez de Calçamento Poliédrico) e “realização de pagamentos” após a vigência do convênio, sem que fosse cientificado o Município ou instaurada a Tomada de Contas.

Reverberou que também o TCE se equivocou, pois não instaurou a Tomada de Contas, mas remeteu os autos à Diretoria de Análise Formal de Contas – DAC/TCE que constatou a execução da pavimentação asfáltica feita em CBUQ e não em calçamento poliédrico.

Disse que o TCE o comunicou da instauração da Tomada de Contas através do Ofício 18420/2006, mas que teve dificuldades em obter os comprovantes solicitados, de modo que sua defesa foi prestada apenas por alegações, sem a substância de outros elementos probantes além dos que compunham o processo.

Argumentou que tanto a Diretoria de Análise de Contas, quanto os técnicos da SEAM, detiveram-se nas minúcias tecnocráticas e nos detalhes de subjetividade, fazendo conclusões condenatórias que sabiam, quase que invariavelmente, acolhidas pelos julgadores em instâncias sequenciais dos feitos.

Finalizou, defendendo que não houve qualquer apropriação de recursos públicos, má-fé ou dolo do ex-alcaide, sendo eventual “ressarcimento ao erário” um enriquecimento sem causa do Estado, uma vez que a obra foi executada. O que houve, em verdade, foi a prática de um ato, que ao final ainda que venha a mostrar-se meramente equivocado, não seria ilegal, já que ausente o resultado dano e o elemento dolo.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

Requeru, assim, a anulação da decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que imputou ao Autor o ônus de ressarcir os valores referentes ao convênio nº 1665/1997, firmado pelo Município de Senhora dos Remédios com o Estado de MG através da Secretaria de Assuntos Municipais – SEAM em 26 (vinte e seis) de dezembro de 1997, bem como eventual Certidão de Dívida emitida pelo aludido TCE.

O magistrado singular julgou improcedente o pedido, por entender que “o autor não conseguiu demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, consistente na existência de irregularidades ou vícios na decisão administrativa do TCE”, não cabendo ao Poder Judiciário “rever matéria já discutida em sede administrativa, por órgão legitimamente constituído e competente para apreciar a matéria”.

Pois bem.

Suscito, de ofício, a ocorrência da prescrição no caso em tela, pelos fundamentos a seguir.

Primeiramente, vale aqui destacar que os artigos 926 a 928 da Lei Federal nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil brasileiro) instituem e disciplinam o denominado “Sistema Jurisprudencial”, cuja finalidade é buscar maior coerência, estabilidade e integridade na atividade judicante, seja no âmbito interno dos Tribunais, seja no âmbito de todo o Poder Judiciário pátrio unitariamente considerado.

Neste sentido, cito:

Nos termos do art. 926 do Novo CPC, os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. Trata-se de importante dispositivo legal que corrobora a maior aposta do Novo Código de Processo na criação de um ambiente decisório mais isonômico e previsível, exigindo que os tribunais deem o exemplo. (...)



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

A harmonização dos julgados é essencial para um Estado Democrático de Direito. Tratar as mesmas situações fáticas com a mesma solução jurídica preserva o princípio da isonomia. Além do que a segurança no posicionamento das cortes evita discussões longas e inúteis, permitindo que todos se comportem conforme o Direito. Como ensina a melhor doutrina, a uniformização de jurisprudência atende à segurança jurídica, à previsibilidade, à estabilidade, ao desestímulo à litigância excessiva, à confiança, à igualdade perante a jurisdição, à coerência, ao respeito à hierarquia, à imparcialidade, ao favorecimento de acordos, à economia processual (de processos e de despesas) e à maior eficiência. (ASSUMPÇÃO NETO, Daniel Amorim. Manual de direito processual civil. 8ª Ed. – Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 1299/1300)

Compreender que o microssistema de precedentes do CPC/2015 – art. 926 e seguintes – coloca a necessidade dos Tribunais não apenas uniformizarem jurisprudência, mas quer esta seja mantida “estável, íntegra e coerente”, é mostrar que a nova lei preocupa-se com que a aplicação do Direito se dê de forma a se gerar previsibilidade nos julgamentos e, ao mesmo tempo, que o uso de julgados anteriores se dê de maneira a problematizar o uso dos mesmos face o caso que se tem a julgar. Se, de um lado, os Tribunais devem uniformizar entendimentos quando realmente houver tal uniformidade (e não apenas para se prevenir de novos processos – jurisprudência defensiva), de outro lado, esse trabalho não acaba com a formulação de súmulas ou precedentes de qualquer espécie. Um caso (ou vários reunidos em uma súmula) não deveria ser visto como precedente porque assim a lei ou o Tribunal o diz e sim por se inserir numa cadeia argumentativa que constrói o Direito e, especificamente, porque possui fundamentos relevantes, que trazem em sua “ratio decidendi” a explicação de princípios que representam a “leitura sob a melhor luz” do direito. (NUNES, Dierle; PEDRON, Flávio; BAHIA, Alexandre. Precedentes e a busca de uma decisão correta. In: THEODORO JÚNIOR, Humberto (Coord). Processo civil brasileiro: novos rumos de acordo com a Lei 13.256/2016. Belo Horizonte: Del Rey, 2016, p. 199)



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

Dito isto, relembro que o Tribunal de Contas é um órgão de fiscalização, auxiliar do Poder Legislativo, que exerce o controle externo dos atos e contas dos administradores, ou seja, da gestão dos recursos públicos, conforme dispõe os artigos 71 da CF/88, 73 e 74 da CEMG:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

Art. 73 – A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.

§ 1º – Os atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado e de entidade da administração indireta se sujeitarão a:

(...)

II – controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas;

Art. 74 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

§ 1º – A fiscalização e o controle de que trata este artigo abrangem:

I – a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de ato gerador de receita ou determinante de despesa e do de que resulte nascimento ou extinção de direito ou obrigação;

II – a fidelidade funcional do agente responsável por bem ou valor públicos; e

III – o cumprimento de programa de trabalho expresso em termos monetários, a realização de obra, a prestação de serviço e a execução orçamentária de propostas prioritizadas em audiências públicas regionais.

§ 2º – Prestará contas a pessoa física ou jurídica que:

I – utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar dinheiro, bem ou valor públicos ou pelos quais responda o Estado ou entidade da administração indireta; ou



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

II – assumir, em nome do Estado ou de entidade da administração indireta, obrigações de natureza pecuniária.

§ 3º – As unidades administrativas dos Poderes do Estado e as entidades da administração indireta publicarão, mensalmente, no órgão oficial e, facultativamente, em jornais locais, resumo do demonstrativo das despesas orçamentárias executadas no período

O artigo 76 da Constituição Estadual elenca, dentre as competências do Tribunal de Contas as de:

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bem ou valor públicos, de órgão de qualquer dos Poderes ou de entidade da administração indireta, facultado valer-se de certificado de auditoria passado por profissional ou entidade habilitados na forma da lei e de notória idoneidade técnica;

III – fixar a responsabilidade de quem tiver dado causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao Estado ou a entidade da administração indireta;

IV – promover a tomada de contas, nos casos em que não tenham sido prestadas no prazo legal;

(...)

XI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ou recebidos pelo Estado, por força de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;

(...)

XIII – aplicar ao responsável, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, a sanção prevista em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

Por conseguinte, incumbe ao Tribunal de Contas exercer o controle das contas e administração dos recursos públicos, através de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos atos praticados pelos gestores de receitas ou



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

despesas públicas, cabendo a este órgão, ainda, avaliar e julgar a ocorrência de eventual irregularidade, e, diante da peculiaridade de cada caso, aplicar a penalidade cabível.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, a Lei Complementar nº 102/2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas, trouxe previsão expressa acerca da fiscalização da aplicação dos recursos repassados mediante convênio, bem como o procedimento aplicável em caso de irregularidades:

Art. 62 – A fiscalização da aplicação de recurso repassado ou recebido pelo Estado ou por Município, incluídas as entidades da administração indireta, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, será feita pelo Tribunal, com vistas a verificar, entre outros aspectos, o alcance dos objetivos acordados, a regularidade da aplicação dos recursos e a observância das normas legais e regulamentares pertinentes.

Art. 63 – Os órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal que estejam inadimplentes na execução das obrigações assumidas não poderão firmar convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere para fins de recebimento de recursos estaduais ou municipais, enquanto não regularizarem a situação.

§ 1º – Não se aplica o disposto no *caput*, caso seja comprovado que o atual gestor não é o responsável pelos atos inquinados de irregularidade e que tomou as devidas providências para saná-la.

§ 2º – Ficará sujeita à multa prevista nesta lei complementar a autoridade administrativa que transferir, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, recurso estadual ou municipal a beneficiário omissos na prestação de contas de recurso anteriormente recebido ou que tenha dado causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, ainda não ressarcido.

Art. 64 – Ao proceder à fiscalização dos atos, contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, o Relator ou o Tribunal:

I – ordenará a instauração de tomada de contas especial, nos termos estabelecidos no Regimento



Interno e em ato normativo próprio, caso seja constatado indício de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

II – converterá o processo em tomada de contas especial, caso já esteja devidamente quantificado o dano e qualificado o responsável;

III – determinará ao responsável a adoção de providências com vistas a evitar a reincidência, quando verificar faltas ou impropriedades de caráter formal, que não caracterizem transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

IV – fixará prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, se constatada irregularidade ou ilegalidade de ato ou contrato, para que o responsável adote as providências necessárias ao cumprimento da lei;

V – sustará a execução de ato ilegal, se não atendida a medida prevista no inciso IV, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no art. 85 desta lei complementar;

VI – encaminhará à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, para sustação, os contratos em que se tenha verificado ilegalidade, às quais competirá solicitar, de imediato, ao responsável pelo órgão ou pela entidade signatária do instrumento, a adoção das medidas cabíveis.

Parágrafo único – Se o Poder Legislativo ou o responsável pelo órgão ou pela entidade signatária do instrumento não efetivar as medidas previstas no inciso VI do caput deste artigo, no prazo de noventa dias, o Tribunal decidirá a respeito da sustação da execução do contrato, sem prejuízo de aplicação da multa prevista no art. 85 desta lei complementar.

Em casos como o em esboço, nos quais se discute a correção de decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado, a análise realizada pelo Poder Judiciário restringe-se a legalidade do ato e sua conformidade com os princípios que regem a atividade da Administração Pública (art. 37 da CF).



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

Ou seja, o controle jurisdicional na seara administrativa é admissível excepcionalmente, para apreciar aspectos relacionados à legalidade do ato, sem adentrar no mérito administrativo, propriamente dito, eis que decidido pela autoridade competente com base nos critérios da conveniência e oportunidade.

Sobre o tema trago à baila a lição do mestre José dos Santos Carvalho Filho:

"O controle judicial sobre atos da Administração é *exclusivamente de legalidade*. Significa dizer que o Judiciário tem o poder de confrontar qualquer ato administrativo com a Lei ou com a Constituição e verificar se há ou não compatibilidade normativa. Se o ato for contrário à lei ou à Constituição, o Judiciário declarará a sua invalidação de modo a não permitir que continue produzindo efeitos ilícitos.

(...)

O que é vedado ao Judiciário, como corretamente tem decidido os Tribunais, é apreciar o que se denomina normalmente de mérito administrativo, vale dizer, a ele é interdito o poder de reavaliar critérios de conveniência e oportunidade dos atos, que são privativos do administrador público. Já tivemos a oportunidade de destacar que, a se admitir essa reavaliação, o que não corresponde obviamente à sua competência. Além do mais, a invasão de atribuição é vedada na Constituição em face do sistema da tripartição de Poderes (art. 2º).

Alguns autores têm cometido o exagero de ampliar os limites de atuação do Judiciário, invocando princípios que, em última análise, acabam por recair no aspecto fundamental – o exame da legalidade. A despeito dessa evidente distorção, os Tribunais, sensíveis às linhas que demarcam a atuação dos Poderes, têm sistematicamente rejeitado essa indevida ampliação e decidido que o controle do mérito dos atos administrativos é da competência exclusiva da Administração." (in *Manual de Direito Administrativo*, Ed. Lumen Juris: 15ª Edição, 2006, Rio de Janeiro, pp. 832/833).

A propósito, os seguintes julgados:



EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. REJEIÇÃO. AJUDA DE CUSTO. VEREADORES. PAGAMENTO ILEGAL. DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. TÍTULO EXECUTIVO. EFICÁCIA IMPOSITIVA. PRECEDENTES DO COLENDO STF. ILEGALIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO.

I. A Certidão de Débito exarada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais afigura-se como título executivo extrajudicial, em consonância com o que estabelece o artigo 71, § 3º, da CR/88 c/c os artigos 76, § 3º e 180, § 2º, ambos da Constituição Mineira. Precedentes do Colendo STF.

II. A competência do Poder Judiciário se encontra adstrita apenas ao exame da legalidade e legitimidade do ato administrativo que concluiu pela rejeição das contas apresentadas por aquele que gerencia o dinheiro público, respeitando-se, assim, o princípio da separação dos poderes insculpido no artigo 2º, da CR/88.

III. Inexistindo qualquer elemento que remeta a uma suposta ilegalidade da decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, revela-se injustificada a reapreciação judicial da decisão tomada pelo órgão competente. (TJMG - Apelação Cível 1.0278.13.000483-3/001, Relator(a): Des.(a) Washington Ferreira, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/05/2018, publicação da súmula em 04/06/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO - PRESTAÇÃO DE CONTAS POR EX-PREFEITO - REJEIÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E PELA CÂMARA MUNICIPAL - IMPUGNAÇÃO JUDICIAL - APURAÇÃO DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO - CONTROLE DE LEGALIDADE - CABIMENTO - CONTRADITÓRIO E DEVIDO PROCESSO LEGAL - MOTIVAÇÃO - OBSERVÂNCIA. O julgamento das contas prestadas à Câmara Municipal pelo Chefe do Executivo deve atendimento à garantia constitucional do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa,



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal. - Se o procedimento adotado pela Câmara Municipal de Fortuna de Minas, ao rejeitar as contas apresentadas pelo ex-Prefeito, observou os princípios da ampla defesa e do devido processo legal, tendo garantido o prévio exercício do direito de defesa ao apelante, bem como não se verificam fundamentos jurídicos suficientes a infirmar sua validade, a manutenção da sentença que julgou improcedente o pedido de anulação da decisão da Câmara Municipal que rejeitou as contas referentes ao exercício de 2003 é medida que se impõe. (TJMG - Apelação Cível 1.0672.13.020905-5/001, Relator(a): Des.(a) Yeda Athias, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/08/2016, publicação da súmula em 02/09/2016)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA/DECONSTITUTIVA. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. NÃO APROVAÇÃO DE CONTAS PRESTADAS PELO MUNICÍPIO. CONDENAÇÃO DO EX-PREFEITO AO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO PELO JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS. RECURSO IMPROVIDO. Segundo o disposto no Art. 71, II da CF/88, compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores, competindo ao Poder Judiciário apenas a análise da legalidade e regularidade formal da decisão proferida pelo órgão autônomo, sob pena de infringência à norma constitucional. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.05.781341-2/001, Relator(a): Des.(a) Maria Elza, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 20/08/2009, publicação da súmula em 09/09/2009)

APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULO EXECUTIVO. TRIBUNAL DE CONTAS. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL. JULGAMENTO DAS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABAETÉ. IRREGULARIDADES. RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO À MAIOR PELOS VEREADORES. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRESIDENTE DA CÂMARA. RESPONSÁVEL PELA EDILIDADE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO RESPEITADOS. VALIDADE DOS TÍTULOS. A Constituição Federal conferiu executividade à decisão de natureza administrativa e técnico-jurídica emanada do Tribunal de Contas que, portanto, goza



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

de legitimidade e autonomia na sua atividade fiscalizadora. A força executiva do título exarado pelo referido Tribunal decorre do conteúdo do artigo 71, § 3º, da Constituição da República de 1988 e do artigo 76, § 3º da Constituição Estadual.

A competência do Judiciário encontra-se circunscrita ao exame da legalidade do ato administrativo de análise de Prestação de Contas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Tendo este Tribunal executado tal exame com respeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório, o título exarado goza de presunção de certeza, liquidez e exigibilidade.

O Presidente da Câmara Municipal é o ordenador de despesas do Órgão e, como tal, está sujeito à tomada de contas realizada pelo Tribunal de Contas, nos termos do § 3º do art. 70 da Constituição Federal. (TJMG - Apelação Cível 1.0002.04.002091-5/001, Relator(a): Des.(a) Armando Freire, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/10/2008, publicação da súmula em 11/11/2008)

Não obstante, a ocorrência da prescrição, matéria de ordem pública, também pode ser objeto de análise nesta via judicial. E, reconhecida a passagem do interregno prescritivo, faz-se imperiosa a reforma da decisão administrativa, com a extinção do julgado punitivo.

Feitas estas breves considerações, registro que recentemente o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, quando do julgamento do RE 636.886/AL (Tema 899) que trata exatamente do tema ora debatido, firmou a seguinte tese jurídica: **“É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”**

Segue a ementa do julgado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESCRITIBILIDADE.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

1. A regra de prescritibilidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de permanência infinita do poder persecutório do Estado. 2. Analisando detalhadamente o tema da “prescritibilidade de ações de ressarcimento”, este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu que, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992 (TEMA 897). Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública. 3. A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que, no processo de tomada de contas, o TCU não julga pessoas, não perquirindo a existência de dolo decorrente de ato de improbidade administrativa, mas, especificamente, realiza o julgamento técnico das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. 4. **A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).** 5. Recurso Extraordinário DESPROVIDO, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição. Fixação da seguinte tese para o TEMA 899: “É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”. (RE 636886, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020)



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

Imperioso aqui trazer à baila as lúcidas palavras do i. Ministro
Relator do acórdão, Alexandre de Moraes:

Após a conclusão da tomada de contas, com a apuração do débito imputado ao jurisdicionado, a decisão do TCU formalizada em acórdão terá eficácia de título executivo e será executada conforme o rito previsto na Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980), por enquadrar-se no conceito de dívida ativa não tributária da União, conforme estatui o art. 39, § 2º, da Lei 4.320/1964:

(...)

Por sua vez, a Lei de Execução Fiscal contempla a execução das dívidas tributárias e não tributárias, classificando-as como Dívida Ativa dos entes da Federação (...)

A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que no processo de tomada de contas, o TCU não perquire nem culpa, nem dolo decorrentes de ato de improbidade administrativa, mas, simplesmente realiza o julgamento das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. Ainda que franqueada a oportunidade de manifestação da outra parte, trata-se de atividade eminentemente administrativa, sem as garantias do devido processo legal.

No procedimento instaurado pelo TCU, não se imputa a existência de ato de improbidade, nem tampouco se abre a possibilidade do fiscalizado defender-se, com todas as garantias do devido processo judicial, no sentido de eximir-se de dolo ou mesmo culpa.

De outro lado, a irregularidade identificada pelo TCU, assim como o indébito fiscal, pode configurar ato ilícito, porque contrários ao direito; mas a natureza jurídica de ilícito não é razão bastante para que se torne imprescritível a ação para a cobrança de crédito; uma vez que, não se apurou, mediante o devido processo legal com a presença de contraditório e ampla defesa a existência de ato doloso de improbidade administrativa.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

O reconhecimento da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas significa grave ferimento ao Estado de Direito, que exige, tanto no campo penal, como também na responsabilidade civil, a existência de um prazo legal para o Poder Público exercer sua pretensão punitiva, não podendo, em regra, manter indefinidamente essa possibilidade, sob pena de desrespeito ao devido processo legal.

As exceções à prescritibilidade estão única e exclusivamente previstas na Constituição Federal, no campo punitivo penal, nos incisos XLII e XLIV do artigo 5º:

(...)

O devido processo legal, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em restringir a liberdade ou a propriedade individual, entre elas, certamente, a estipulação de prazos fatais para o exercício das pretensões em juízo, na hipótese da prática de atos ilícitos ou irregulares.

O reconhecimento de imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas conflita com a garantia do devido processo legal, que configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e propriedade quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutor, dentro de regras procedimentais previamente estabelecidas e que consagrem a plenitude de defesa e impeçam o arbítrio do Estado.

(...)

Não seria razoável que, considerando-se as mesmas condutas geradoras tanto de responsabilidade civil como, eventualmente, de responsabilidade penal, houvesse imprescritibilidade implícita de uma única sanção pela prática de um ilícito civil e não houvesse na esfera penal, que é de maior gravidade.

Em face da segurança jurídica, portanto, nosso ordenamento jurídico afasta a imprescritibilidade das ações civis patrimoniais, quanto mais, na presente hipótese onde o título executivo foi formado perante a Corte de Contas, sem a realização do devido processo legal perante órgão do Poder Judiciário.

(...)

A questão principal, portanto, é o reconhecimento de que não há previsão constitucional expressa de



imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

A simples leitura da expressão ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, prevista no § 5º do art. 37 da CF, em sua literalidade, por si só, não permite a afirmação de ter sido adotada a imprescritibilidade de qualquer ação de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas. A interpretação do texto constitucional não pode ser legitimada sem que se aprecie o conjunto das normas vigorantes, em uma necessária homogeneidade equilibrada de todo o ordenamento jurídico, sob pena de grave lesão a dispositivo constitucional não só quando é violentada a sua literalidade, mas também quando sua aplicação é apartada de seu espírito e de seu conteúdo.

(...)

Repita-se que o legislador constituinte somente reservou a imprescritibilidade para os crimes de racismo e ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. A ressalva que permaneceu no § 5º do art. 37 da CF (ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento), mesmo após a retirada da expressão QUE SERÃO IMPRESCRITÍVEIS, teve por finalidade evitar, principalmente, uma anomia em relação à possibilidade de ressarcimento ao erário em face de responsabilização pela prática de eventuais atos ilícitos, enquanto ainda não tipificados pela lei exigida no § 4º do art. 37 da CF como atos de improbidade administrativa.

A ressalva prevista no § 5º do art. 37 da CF não pretendeu estabelecer uma exceção implícita de imprescritibilidade, mas obrigar constitucionalmente a recepção das normas legais definidoras dos instrumentos processuais e dos prazos prescricionais para as ações de ressarcimento do erário, inclusive referentes a condutas ímprobas, mesmo antes da tipificação legal de elementares do denominado ato de improbidade (Decreto 20.910/1932, Lei 3.164/1957, Lei 3.502/1958, Lei 4.717/1965, Lei 7.347/1985, Decreto-Lei 2.300/1986); mantendo, dessa maneira, até a edição da futura lei e para todos os atos pretéritos, a ampla possibilidade de ajuizamentos de ações de ressarcimento.

Desse modo, entendo que, no caso, não há que se falar em imprescritibilidade, aplicando-se, integralmente, o disposto no artigo 174 do Código Tributário Nacional c/c art. 40 da Lei 6.830/1980, que



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

rege a Execução Fiscal e fixa em cinco anos, respectivamente, o prazo para a cobrança do crédito fiscal e para a declaração da prescrição intercorrente.
(...)

O interregno prescritivo aplicável é o quinquenal, devendo ser observadas as hipóteses suspensivas e interruptivas do aludido prazo.

Para os processos administrativos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado, autuados até o dia 15/12/2011, como o que ora se analisa, aplica-se o artigo 118-A, introduzido à Lei Complementar nº 102/2008 pela LC 133/2014:

Fica acrescentado à Lei Complementar nº 102, de 2008, o seguinte art. 118-A:

"Art. 118-A Para os processos que tenham sido autuados até 15 de dezembro de 2011, adotar-se-ão os prazos prescricionais de:

- I - cinco anos, contados da ocorrência do fato até a primeira causa interruptiva da prescrição;
- II - oito anos, contados da ocorrência da primeira causa interruptiva da prescrição até a primeira decisão de mérito recorrível proferida no processo;
- III - cinco anos, contados da prolação da primeira decisão de mérito recorrível até a prolação da decisão de mérito irrecorrível.

Parágrafo Único. A pretensão punitiva do Tribunal de Contas para os processos a que se refere o caput prescreverá, também, quando a paralisação da tramitação processual do feito em um setor ultrapassar o período de cinco anos."

A Lei Complementar nº 102/2008 prevê, ainda, as causas interruptivas da prescrição:

Art. 110-C. São causas interruptivas da prescrição quaisquer atos do Tribunal de Contas que denotem o exercício de sua pretensão fiscalizatória.

§ 1º Consideram-se atos de exercício de pretensão fiscalizatória, para fins de interrupção da prescrição:



I – despacho ou decisão que determine a realização de inspeção cujo escopo abranja o ato passível de sanção a ser aplicada pelo Tribunal de Contas;

II – **autuação de feito no Tribunal de Contas nos casos de prestação e tomada de contas;**

III – autuação de feito no Tribunal de Contas em virtude de obrigação imposta por lei ou ato normativo;

IV – **instauração de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas;**

V – despacho que receba denúncia ou representação;

VI – citação válida.

§ 2º Interrompida a prescrição da pretensão punitiva na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no § 1º, o prazo recomeçará a contar, do início, uma única vez.

Na espécie, como já dito, trata-se de processo administrativo instaurado junto ao Tribunal de Contas do Estado, no qual o Conselheiro Relator reconheceu a prescrição em relação à aplicação de multa ao ex-Prefeito de Senhora dos Remédios em razão da intempestividade da apresentação da prestação de contas dos recursos repassados através do Convênio nº 1665, formalizado em 26/12/1997. Contudo, no tocante ao pedido de ressarcimento por alegado dano causado ao erário, em razão de irregularidades constatadas na aplicação dos recursos do convênio, o julgador reputou-o imprescritível, condenando o ex-alcaide a restituir o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) ao Estado e R\$3.560,00 (três mil quinhentos e sessenta reais) ao Município de Senhora dos Remédios.

Extraí-se daqueles autos que, em 26/12/1997 foi firmado um convênio entre o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, e o Município de Senhora dos Remédios, com o objeto de executar o calçamento poliédrico em ruas do Distrito de Palmital dos Carvalhos, com 2.600 m² e 800 metros de meio-fio.

Com a conclusão da obra, foi exarado, em 16/05/2001, Parecer da Comissão Especial de Tomada de Contas da SEAM, encaminhando



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

ao TCE a Tomada de Contas Especial da Prefeitura de Senhora dos Remédios (fl. 02 – Ordem 07), em razão da inércia do ente em prestar contas do convênio firmado, distribuído em 28/05/2001 (Ordem 07).

Após regular tramitação, os autos da Tomada de Contas Especial foram remetidos conclusos ao Conselheiro Relator que, em 12/09/2014, proferiu a decisão combatida.

Vê-se da tramitação do feito administrativo que, após instauração da Tomada de Contas Especial, em maio de 2001, somente em setembro de 2014, ou seja, após mais de 13 (treze) anos, foi proferida a primeira decisão de mérito nos autos.

Logo, como após a causa interruptiva da prescrição (instauração da Tomada de Contas Especial), passaram-se mais de treze anos até a primeira decisão de mérito recorrível, irrefragável a ocorrência da prescrição na espécie, a teor dos artigos 118-A, II e 110-C, §1º da Lei Complementar 102/2008, supra citados.

Indubitável, outrossim, que tal interregno suplanta a razoabilidade constitucionalmente assegurada também aos processos administrativos. E, ainda que a mora seja, aparentemente, benéfica ao suposto acusado, não se pode sujeitar uma pessoa a uma eterna investigação.

Ora, este proceder vai de encontro aos preceitos ditados pela norma inserta no artigo 5º, LXXVIII da Constituição da República:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.



O Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp 1138206/RS, em sede de Recurso Repetitivo (Temas 269 e 270), realçou que a *“duração razoável dos processos foi erigida como cláusula pétrea e direito fundamental pela Emenda Constitucional 45, de 2004, que acresceu ao art. 5º, o inciso LXXVIII”* e *“é corolário dos princípios da eficiência, da moralidade e da razoabilidade”*.

Confira-se de sua ementa:

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE RESTITUIÇÃO. PRAZO PARA DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI 9.784/99. IMPOSSIBILIDADE. NORMA GERAL. LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. DECRETO 70.235/72. ART. 24 DA LEI 11.457/07. NORMA DE NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

1. A duração razoável dos processos foi erigida como cláusula pétrea e direito fundamental pela Emenda Constitucional 45, de 2004, que acresceu ao art. 5º, o inciso LXXVIII, in verbis: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação." 2. A conclusão de processo administrativo em prazo razoável é corolário dos princípios da eficiência, da moralidade e da razoabilidade. (Precedentes: MS 13.584/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2009, DJe 26/06/2009; REsp 1091042/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 21/08/2009; MS 13.545/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 29/10/2008, DJe 07/11/2008; REsp 690.819/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/02/2005, DJ 19/12/2005)



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

(REsp 1138206/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX,
PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/08/2010, DJe
01/09/2010)

De se concluir, então, que o interregno de mais de treze anos entre a causa interruptiva e a decisão de mérito acabou por fulminar o processo administrativo, em razão da ocorrência da prescrição.

Por fim, somente a título de registro, relembro que a obra pública objeto do convênio firmado pelo recorrente foi, de fato, realizada.

As irregularidades noticiadas nos autos, a princípio, não podem ser alçadas a infrações equiparáveis aos delitos contidos na Lei de Improbidade Administrativa.

No meu sentir, a substituição do material de construção do calçamento, descrito nos termos do convênio, foi devidamente justificada pelo ex-alcaide.

As demais irregularidades aparentemente foram todas sanadas.

Certo é que, caso entenda-se pela necessidade de punição do ex-prefeito, afigura-se imprescindível o ajuizamento de uma ação para aferir sua responsabilidade na esfera judicial, com maior amplitude probatória.

Portanto, faz-se imperiosa a reforma a decisão administrativa para, reconhecendo a prescrição, julgar extinto aquele feito administrativo.

DISPOSITIVO

Pelo todo exposto, SUSCITO DE OFÍCIO, E ACOLHO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO e julgo extinto o processo administrativo instaurado em desfavor de José Francisco Milagres Primo. Prejudicado o recurso voluntário.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.087467-7/001

Ficam invertidos os ônus sucumbenciais fixados em primeira instância.

Sem custas, por força de lei.

É o meu voto.

DES. VERSIANI PENNA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. CARLOS HENRIQUE PERPÉTUO BRAGA - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "RECONHECERAM, DE OFÍCIO, A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO E JULGARAM EXTINTO O PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREJUDICADO O RECURSO"

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador ANDRE LEITE PRACA, Certificado: 657D4CAEB664E3E157A9BA86BD3227A7, Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2022 às 15:21:54. Julgamento concluído em: 17 de fevereiro de 2022.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador: 100001908746770012022207466